



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6796 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política da Educação Superior

AS POLÍTICAS DE ACESSO ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS E AS MODIFICAÇÕES NO PERFIL SOCIOECONOMICO E CULTURAL DO ESTUDANTE

Olívia Chaves de Oliveira - UFRRJ - PPGEDUC - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Celia Regina Otranto - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

As políticas de acesso às Universidades Federais e as modificações no perfil sócioeconômico e cultural do estudante

O texto retrata as políticas de acesso às universidades federais (IFES) implementadas nos últimos 13 anos, visando sua democratização, e uma análise sobre as modificações do perfil dos estudantes como um de seus efeitos. Elegemos o Programa de Reestruturação das Universidades Federais - REUNI, o Sistema de Seleção Unificada - SISU, e a Lei de Cotas como as políticas que impactaram no acesso às IFES, apesar de constar no decreto de criação do REUNI uma lista maior de objetivos ancorada na expansão das IFES. Apresenta uma análise entre políticas educacionais e o perfil dos graduandos na qual foi possível demonstrar uma modificação em relação ao perfil socioeconômico e cultural, segundo pesquisas do Fórum Nacional de Pró-reitores da Assistência Comunitária e Estudantil (FONAPRACE).

Constitui-se em um extrato da pesquisa qualitativa básica, em fase de conclusão no doutorado, na qual foi elaborado um registro do estado da arte sobre o tema das políticas de acesso e permanência para a democratização do ensino superior, como variável para o estudo de caso das ações de assistência estudantil no percurso histórico de uma IFES.

O REUNI, foi instituído pelo Decreto nº 6.096/2007 (BRASIL, 2007) com a meta de expandir a oferta de educação superior nas IFES em consonância com Plano Nacional de Educação. Com a adesão das IFES, ocorreu a criação de novos campi no interior do país e a abertura de novos cursos e turmas em período noturno, como medidas que visavam aumentar as vagas e o acesso de estudantes provenientes da classe trabalhadora.

Como resultado do REUNI, verificamos que o número de *campi* das IFES passou de 148 em 2002 para 321 em 2014. Aumentaram os cursos de graduação presenciais, passando de 2.047 cursos em 2002, para 4.867 cursos em 2014 (MEC, 2014, p. 31). Com destaque para os *campi* criados no interior dos Estados e para os novos cursos noturnos. Essa expansão se refletiu no número de matrículas na rede pública de educação superior. Em 2006 contávamos com 1.251.365 estudantes matriculados. Já em 2018, as matrículas aumentaram para 2.077.481 (MEC, 2016, 2018).

O SISU criado em 2010, incorporou o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e

através do sistema o candidato passou a se inscrever com a nota do ENEM, escolher o curso, sem sair de casa.

Com a Portaria Normativa do MEC nº 021/2012 (BRASIL, 2012), as IFES aderiram ao SISU e à Lei de Cotas - Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012a), que prevê a reserva de vagas a estudantes de escola pública; oriundos de famílias com renda igual ou menor a 1,5 salário-mínimo per capita; autodeclarados pretos, pardos, indígenas e portadores de deficiência. Estes últimos foram incluídos pela Lei nº 13.409/2016 (BRASIL, 2016).

Para subsidiar as políticas de assistência estudantil, o FONAPRACE já fez cinco pesquisas nacionais, sobre as quais, escolhemos as variáveis: sexo, renda familiar e raça/cor, para nossa análise comparativa em diálogo com o tema das políticas de acesso.

A primeira em 1996, sobre a variável “renda familiar” verificou que 13,75% dos estudantes entrevistados pertenciam às classes D e E. Em relação à variável “sexo”, 51,44% dos estudantes eram do sexo feminino. Enquanto que a variável cor/raça não foi identificada (ANDIFES, 1996).

Na segunda, em 2004, o percentual de estudantes das classes D e E com a renda familiar média de R\$ 424,00 (quatrocentos e vinte e quatro reais) caiu para 11,9%. Quanto ao sexo, cor/raça: 53% eram do sexo feminino, 59,4% eram brancos, 5,9% pretos, 41,6% pardos, indígenas e amarelos (ANDIFES, 2004).

Em 2010, se verificou queda no percentual de estudantes das classes D e E para 9,97%, cuja renda familiar média era R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais). O número de estudantes do sexo feminino continuou crescendo, somando 53,51%. No tocante à cor/raça, houve uma diminuição de autodeclarados brancos. Assim, eram 53,93% brancos, 8,72% pretos, 36,09% pardos, indígenas e amarelos (ANDIFES, 2011).

Já em 2014, 66,19% dos estudantes eram de famílias de renda até 1,5 salário-mínimo. Houve uma queda na taxa de estudantes do sexo feminino, passando para 52,7%. Verificamos um aumento de estudantes autodeclarados pretos, passando para 9,82%, assim como dos autodeclarados pardos, indígenas e amarelos, totalizando 40,73%. Enquanto que, entre os autodeclarados brancos, o percentual continuou em queda para 45,67% (ANDIFES, 2014).

A pesquisa de 2018, trouxe o seguinte: 70,2% dos estudantes são de famílias de renda até 1,5 salário-mínimo; 54,6% são do sexo feminino; 43,3% são brancos, 12% são pretos e 42,2% são pardos, indígenas e amarelos (ANDIFES, 2019).

A discussão articulada ao referencial teórico situa as políticas de acesso citadas como parte das ações de reforma da educação superior nos governos Lula e Dilma, que geraram modificações no acesso e novas demandas para as IFES.

As considerações finais a partir das análises indicam, que mesmo com problemas no REUNI, houve um aumento no número de *campi*, cursos e de vagas na rede federal. Associado a Lei de Cotas, demonstrou que houve uma tentativa com resultados positivos, de incorporar uma parcela de estudantes antes excluídos do ensino superior público.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação superior. Perfil do estudante.

REFERÊNCIAS

Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). *Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural do Estudante de Graduação das IFES*

Brasileiras. Brasília: DF. 1996. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/12/I-perfil-dos-graduandos-IFES.pdf> Acesso: 20 nov. 2018.

_____. *II Perfil Socioeconômico e Cultural do Estudante de Graduação das IFES: Relatório final da pesquisa*. Brasília: DF. 2004. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/12/II-Perfil-dos-Graduandos-IFES-Vr.pdf>. Acesso: 20 nov. 2018.

_____. *Perfil Socioeconômico e Cultural do Estudante de Graduação das IFES Brasileiras*. Brasília: DF. 2011. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federa Acesso: 20 nov. 2018.

_____. *IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural do Estudante de Graduação das IFES Brasileiras*. Uberlândia, MG. 2016. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduando-das-IFES_2014.pdf. Acesso: 20 nov. 2018.

_____. *V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural do Estudante de Graduação das IFES Brasileiras*. Uberlândia, MG. 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioeconômico-dos-Estudantes-de-Graduação-das-Universidades-Federais-1.pdf> Acesso: 05 fev. 2019.

BRASIL. *Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF. 30 ago. 2012.

_____. *Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 021/2012*. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada – Sisu. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, p. 8, nº 214, Brasília, DF, 06 dez. 2012a.

_____. *Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016*. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. *A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014*. Brasília, DF: SESU, 2014. Disponível em : http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-socio-sesu-2003-2014&itemid=30192. Acesso: 15 mar. 2019.